
 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais				Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">31207446712</div>		Código da Natureza Jurídica <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">2062</div>		Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

J183236301758

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		024	1	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE

SANTA LUZIA
Local

8 Maio 2018
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO / / _____

Data
Responsável

☐ SIM

☐ NÃO / / _____

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

 / /
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

/ /
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

/ /
Data

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6878810 em 04/06/2018 da Empresa SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA, Nire 31207446712 e protocolo 182215318 - 01/06/2018. Autenticação: AB7BBBD0E1DE94243C237605BAE938B11AD45A3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/221.531-8 e o código de segurança Y5pV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



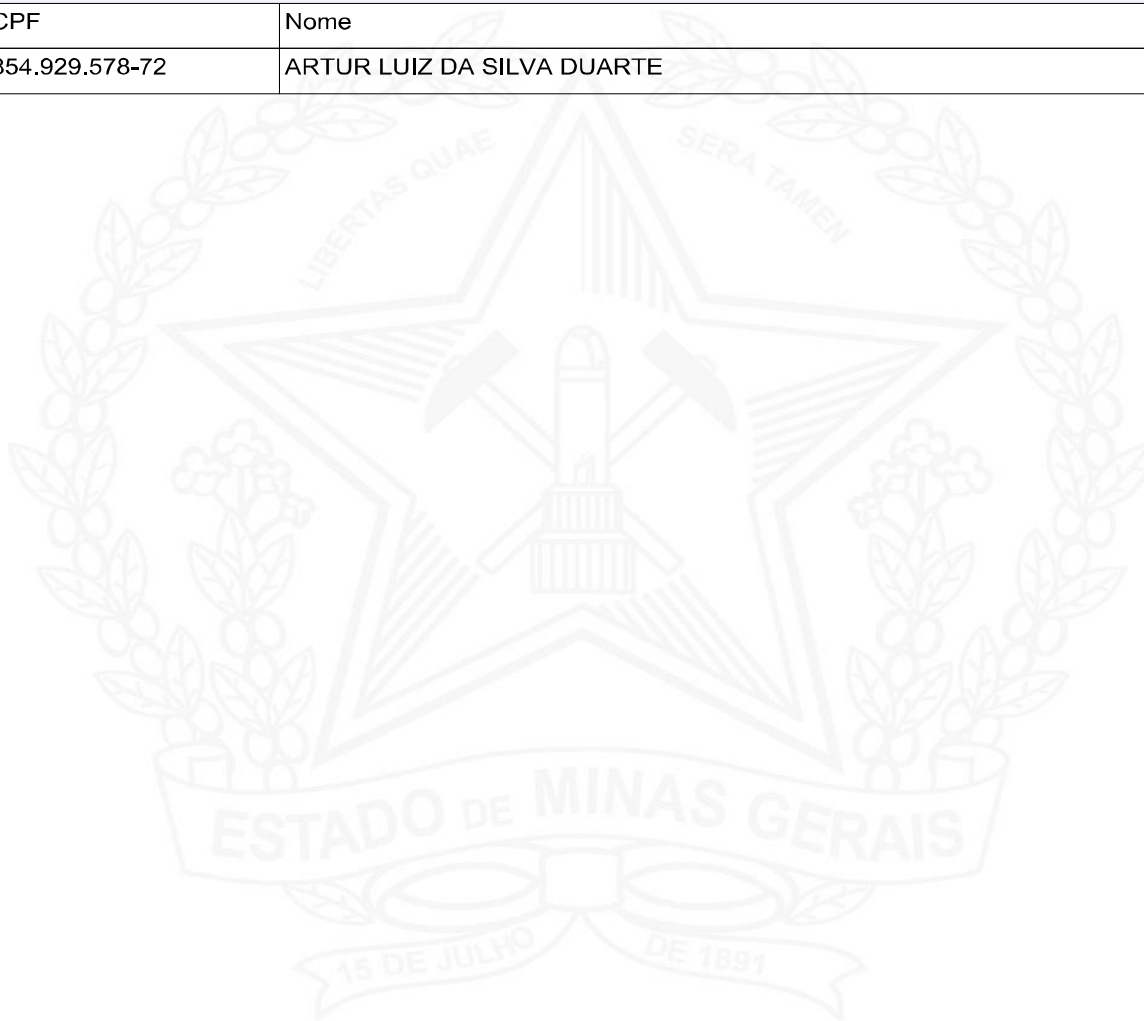
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/221.531-8	J183236301758	08/05/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
854.929.578-72	ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE



INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.”

**(CNPJ/MF nº 05.266.324/0001-90)
(NIRE nº 3120744671-2)**

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA FILIAL DE UBERLÂNDIA

ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Irmã Lúcia, nº 112, Apto. 1701, bairro de Casa Forte, Recife/PE, CEP 52070-030, portador da carteira de identidade nº 1.073.060, SSP-PE, inscrito sob o CPF nº 854.929.578-72;

ALEXANDRE LUNA MENELAU, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Professor Augusto Lins e Silva, nº 668, Apto. 301, bairro de Boa Viagem, Recife/PE, CEP 51130-030, portador da carteira de identidade nº 1.673.683, SSP-PE, inscrita sob o CPF nº 277.876.484-49;

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA VIEIRA DA CUNHA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresa, residente e domiciliado à Rua Visconde de Jequitinhonha, nº 316, Apto. 602, bairro de Boa Viagem, Recife/PE, CEP 51021-190, portador da carteira de identidade nº 1.343.264, SSP-PE, inscrito sob o CPF nº 166.557.704-59;

CELSO JOSÉ CAMPOS DE MORAIS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado à Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, nº 59, Apto. 901, bairro da Jaqueira, Recife/PE, CEP 52060-030, portador da Cédula de Identidade nº 3.440.746 – SSP-PE, inscrito sob o CPF/MF nº 587.767.704-78.

OSVALDO SATURNINO CAMPILLO, argentino, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente na Alameda dos Colibris, nº. 120, Bloco: 5, Apto. 102 – Bairro Cabral – Contagem MG – CEP: 32146-006, portador da Cédula de Identidade nº V570963M – MJ-DPF-MG – República Argentina, inscrito sob o CPF/MF nº 014.051.164-47, únicos sócios quotistas detentores da totalidade das quotas do capital social da sociedade limitada denominada **SERQUIP – TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.**, com sede e foro nesta cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, onde tem endereço social na Av. Brasília nº 5.365, Bairro Fazenda das Baronesas – CEP: 33120-510, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ – do Ministério da Fazenda sob o número 05.266.324/0001-90, com Contrato de Constituição registrado e arquivado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o número 112.066, livro “A”, em data de 21 de agosto de 2002, e com 9ª (nona) e última Alteração registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o número 5.398.704 em data de 24/10/2014, acham-se justos e contratados quanto à celebração da presente **11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** da referida Sociedade, o que ora fazem na conformidade das cláusulas e condições que, a seguir, mútua e reciprocamente ajustam e outorgam, a saber:

I – DO NOVO ENDEREÇO DA FILIAL DE UBERLÂNDIA - Transfere-se neste ato para: **Av. José Andraus Gassani, nº 8301 – Bairro Distrito Industrial – Uberlândia – Minas Gerais – CEP: 38402-339.**

II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO - Ainda por deliberação unânime dos sócios que formam a atual composição do Capital Social da Sociedade, por este mesmo instrumento e neste mesmo ato promove-se a consolidação do seu Contrato Social e já contemplando as alterações operadas em razão do disposto neste mesmo instrumento, passando o mesmo a doravante vigorar com a seguinte nova redação:



INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.”

**(CNPJ/MF nº 05.266.324/0001-90)
(NIRE nº 3120744671-2)**

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO – A Sociedade é Empresária, revestindo a forma de Sociedade Limitada, regendo-se pelas Cláusulas e condições do presente Contrato, ainda pelas disposições dos arts. 1.052 e seguintes do Código Civil Brasileiro, e, supletivamente, pelas normas que regem as Sociedades Anônimas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Sociedade será denominada **SERQUIP – TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.**, com sede na Av. Brasília, nº. 5.365, Bairro Fazenda das Baronesas, Santa Luzia/MG, CEP 33120-510, foro jurídico na respectiva cidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A critério de sua administração a sociedade poderá abrir escritórios, filiais, agências, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou do exterior, exceto nas cidades em que a SERQUIP – Serviços, Construções e Equipamentos Ltda. ou seus sócios participem de uma outra sociedade que já esteja prestando serviços na coleta, transporte, e incineração de lixo hospitalar ou de resíduos industriais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Sociedade possui as seguintes filiais e Unidade Administrativa:

➤ **Filial Montes Claros:** Inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0003-51, NIRE nº 3190177484-2, Av. Lincoln Alves dos Santos, nº 740, Distrito Industrial, Montes Claros/MG, CEP 39.404-005, com capital social destacado de R\$1.000,00 (hum mil reais) e mesmo objeto social que a sede.

➤ **Filial Ubá:** Inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0004-32 e NIRE nº 3190206241-2, Estrada da Barrinha – Zona Rural – Ubá – Minas Gerais – CEP: 36500-000, com destaque do capital social no valor de R\$ 1.000,00 ((hum mil reais), a qual terá o mesmo objeto social da sede.

➤ **Unidade Administrativa BH:** Inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0002-70, NIRE nº 3190169869-1, Av. Álvares Cabral, nº. 982 – Sala: 1101 – Bairro de Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30170-002.

➤ **Filial Governador Valadares:** Inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0005-13, NIRE nº 3190222985-6, Av. Industrial, nº. 1735 – Bairro Distrito Industrial – Governador Valadares – Minas Gerais – CEP: 35040-610, com destaque do capital social no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a qual terá o mesmo objeto social da sede.

➤ **Filial Uberlândia:** Inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0006-02, NIRE: 3190257962-8, Av. José Andraus Gassani, nº 8301 – Bairro Distrito Industrial – Uberlândia – Minas Gerais – CEP: 38402-339, com destaque do capital social no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a qual terá o mesmo objeto social da sede.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL – A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de coleta, movimentação, tratamento, incineração e gestão de resíduos perigosos, não perigosos e inertes, estando incluídos os de serviços de saúde gerado por hospitais, clínicas, laboratórios, consultórios públicos e privados e de resíduos industriais.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.”

**(CNPJ/MF nº 05.266.324/0001-90)
(NIRE nº 3120744671-2)**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO DE ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO - A sociedade iniciou suas atividades em 21/08/2002 e terá prazo de duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL - O Capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$3.300.000,00, (três milhões e trezentos mil reais) representado por 3.300.000 (três milhões e trezentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

NOME	CAPITAL SOCIAL R\$	Nº. QUOTAS ATUAL	%
Osvaldo Saturnino Campillo	1.099.956,00	1.099.956	33,332
Celso José Campos de Moraes	880.011,00	880.011	26,667
Artur Luiz da Silva Duarte	880.011,00	880.011	26,667
Alexandre Luna Menelau	220.011,00	220.011	6,667
Antônio Carlos Ferreira V. da Cunha	220.011,00	220.011	6,667
TOTAIS	3.300.000,00	3.300.000	100,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos termos do disposto no art. 1.052 do Código Civil Brasileiro, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo todos solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL - A Administração da Sociedade cabe aos sócios **ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE, CELSO JOSÉ CAMPOS DE MORAIS, ALEXANDRE LUNA MENELAU, ANTÔNIO CARLOS FERREIRA VIEIRA DA CUNHA e OSVALDO SATURNINO CAMPILLO**, agindo os mesmos sempre conjuntamente em número de dois, no mínimo, aos quais caberá representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como praticar todos os atos de administração e gestão da sociedade, por mais especiais que sejam, ficando os mesmos empossados neste ato, dispensados de prestar caução e autorizados, no exercício das suas atribuições, a atuar usando a denominação de **“DIRETOR”**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão inválidos para todos os fins e efeitos de direito e não obrigarão a Sociedade sob nenhuma circunstância, quaisquer atuações de sócios que não obedeçam ao disposto no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes perante a Sociedade, salvo quando praticados no interesse estrito da mesma e no âmbito estrito de suas atividades, os atos praticados por quaisquer sócios, procuradores, gerentes delegados ou funcionários, que envolverem a Sociedade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou prestações de garantias de qualquer natureza em favor de terceiros, ressaltando-se todavia as fianças prestadas em favor de qualquer um dos sócios perante os órgãos de Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, desde que haja interesse da Sociedade na prestação dessas fianças.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Sociedade poderá ser administrada por outra(s) pessoa(s) não integrante(s) do quadro societário, cuja designação dependerá da prévia aprovação dos sócios que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do capital social, devendo constar do respectivo instrumento de nomeação especificamente os poderes conferidos, bem como o prazo de vigência do exercício da administração.

CLÁUSULA SEXTA - CONSTITUIÇÃO DE PROCURADORES - A Sociedade poderá constituir Procuradores sempre que as circunstâncias e os interesses maiores dos Negócios Sociais assim o recomendem. Da Procuração deverão constar, necessariamente, a

Página 3 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6878810 em 04/06/2018 da Empresa SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA, Nire 31207446712 e protocolo 182215318 - 01/06/2018. Autenticação: AB7BBBD0E1DE94243C237605BAE938B11AD45A3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/221.531-8 e o código de segurança Y5pV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 5/11

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.”

**(CNPJ/MF nº 05.266.324/0001-90)
(NIRE nº 3120744671-2)**

especialização dos atos a serem praticados pelo mandatário e o prazo de validade do Mandato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A constituição do mandatário somente poderá ocorrer através de instrumento público e mediante prévia e expressa anuência, por escrito, dos demais sócios, e da procuração deverão constar obrigatoriamente a especialização dos atos a serem praticados pelo mandatário e o prazo de validade do mandato, o qual, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou motivo de força maior devidamente comprovados, em nenhuma hipótese poderá ser superior a 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ocorrendo, na outorga do mandato, omissão quanto ao prazo de sua validade ou a fixação de prazo superior a 02 (dois) anos, entender-se-á como válida a representação tão somente pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da outorga, sendo assim de todo ineficaz a outorga do mandato, para todo os fins e efeitos de direito e sob toda e qualquer circunstância, no que ultrapassar o prazo de 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Qualquer dos sócios poderá constituir mandatário para se fazer representar perante os outros sócios e perante a sociedade, observados os limites do Artigo 1.018 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETIRADA PRÓ LABORE – O Diretor terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, até o valor máximo fixado pela legislação do Imposto de Renda.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO SOCIAL – Ao término de cada exercício social, o qual coincide com o Ano Civil, iniciando-se, portanto, no dia 1º de janeiro de cada ano, e terminando no dia 31 de dezembro também de cada ano, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, e os lucros líquidos ou prejuízos verificados, após deduzidas as amortizações legais, serão divididos ou suportados pelos sócios, na proporção das quotas de cada sócio, representadas no capital social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Por deliberação de mais da metade do capital social, poderá ser feita a apuração e a distribuição mensal dos lucros da Sociedade, através de balancete especial, observadas as disposições constantes da legislação do Imposto de Renda e demais normas aplicáveis à espécie.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será realizada ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a reunião de quotistas, com o objetivo de tomar e aprovar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, bem como para as demais finalidades previstas no art. 1.078 do Código civil Brasileiro.

CLÁUSULA NONA - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS - Um sócio não poderá em hipótese alguma, sem o consentimento dos outros sócios manifestado sempre por escrito, ceder ou transferir a terceiros, nem mesmo parcialmente, as suas quotas do Capital Social da Sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se um dos sócios desejar ceder total ou parcialmente as suas quotas, os outros sócios terão direito de preferência à aquisição em igualdade de condições com terceiros, que poderá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação escrita que deverá ser enviada pelo sócio cedente aos demais sócios.

Página 4 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6878810 em 04/06/2018 da Empresa SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA, Nire 31207446712 e protocolo 182215318 - 01/06/2018. Autenticação: AB7BBBD0E1DE94243C237605BAE938B11AD45A3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/221.531-8 e o código de segurança Y5pV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/11

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.”

**(CNPJ/MF nº 05.266.324/0001-90)
(NIRE nº 3120744671-2)**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será nula e não produzirá qualquer efeito em relação à sociedade, a cessão ou transferência de quotas feitas em desacordo com as formalidades ora estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FALECIMENTO, RETIRADA, INCAPACIDADE, INSOLVÊNCIA E EXCLUSÃO DE SÓCIO - A apuração do Capital e haveres do Sócio que se retirar ou falecer, que for declarado incapaz e/ou insolvente, ou que for excluído da Sociedade, bem como nas hipóteses dos Arts. 1.077 e 1.031 do Código Civil Brasileiro, obedecerá ao disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo abaixo, prevalecendo entre eles o modo de apuração do qual resulte o maior valor a ser pago ao sócio pelo Capital e haveres pertinentes ao mesmo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A apuração do Capital e haveres poderá ser feita com observância às seguintes regras: (a) se o ato ou fato ocorrer no prazo de até 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, proceder-se-á a apuração do seu Capital e haveres com base no Balanço Geral do exercício findo; (b) se ocorrer após esse prazo, levantar-se-á um Balanço Especial na data da ocorrência, salvo se o ato ou fato ocorrer nos últimos 03 (três) meses do exercício social, hipótese em que a apuração dar-se-á com base no Balanço Geral do Exercício da ocorrência, a ser levantado, posteriormente, no dia 31 de dezembro do exercício da ocorrência, devendo ser formalmente concluído no prazo estabelecido pela legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor do capital e haveres do sócio poderá ainda ser definido tomando-se por base de cálculo o montante equivalente a 03 (três) vezes o valor do lucro líquido apurado nos 12 (doze) meses de calendário imediatamente anteriores à data da ocorrência, ficando esclarecido e pactuado que o aludido valor do capital e haveres do sócio será calculado proporcionalmente ao número de quotas de titularidade do mesmo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento do Capital e haveres a que se refere o anterior Parágrafo Primeiro, retro, será feito em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 30 (trinta) dias contados do término da apuração dos haveres nos termos do mesmo Parágrafo Primeiro, e as demais em igual dia dos meses de calendário subseqüentes. Se a hipótese for de falecimento ou insolvência de sócio, o Capital e haveres do mesmo, obedecidas as prescrições legais reguladoras da hipótese, serão, na forma e no prazo agora estabelecidos, entregues a quem de direito.

PARÁGRAFO QUARTO - As prestações mencionadas no anterior Parágrafo Segundo serão corrigidas de acordo com a variação do INPC ocorrida no período compreendido entre a data do término da apuração dos haveres e a data do efetivo pagamento da correspondente parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS - As deliberações sociais, inclusive para modificação no todo ou em parte do Contrato Social, serão tomadas por sócios que detenham no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas do Capital Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Assiste ao sócio que divergir da deliberação, a faculdade de se retirar da Sociedade. Verificada a hipótese, os haveres do sócio dissidente serão apurados na forma estabelecida neste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do Art. 1.085 do Código Civil Brasileiro, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social.

Página 5 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6878810 em 04/06/2018 da Empresa SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA, Nire 31207446712 e protocolo 182215318 - 01/06/2018. Autenticação: AB7BBBD0E1DE94243C237605BAE938B11AD45A3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/221.531-8 e o código de segurança Y5pV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/11

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA “SERQUIP - TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA.”

**(CNPJ/MF nº 05.266.324/0001-90)
(NIRE nº 3120744671-2)**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS ENTRE OS SÓCIOS –

Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. O lucro apurado será distribuído mediante deliberação de 100% (cem por cento) do capital social, em reunião de sócios a respeito da distribuição dos resultados do exercício, que poderá ser desproporcional aos percentuais de participação de cada sócio no capital social.

PARÁGRAFO ÚNICO- A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente, de forma desproporcional às quotas do capital social, mediante deliberação de 100% (cem por cento) do capital social em reunião de sócios, a título de antecipação de lucros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO - Os

Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade”.

III – FECHO E ASSINATURAS

E por estarem assim justos e contratados, firmam todos o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e finalidade, e a tudo presentes que também o assinam digitalmente, ficando eleito o Foro desta Comarca de Santa Luzia, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para que produza em juízo ou fora dele e em todo o tempo, os seus jurídicos e legais efeitos.

Santa Luiza-MG, 19 de abril de 2018.

OSVALDO SATURNINO CAMPILLO

ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE

CELSO JOSÉ CAMPOS DE MORAIS

ALEXANDRE LUNA MENELAU

ANTÔNIO CARLOS FERREIRA VIEIRA DA CUNHA

Página 6 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6878810 em 04/06/2018 da Empresa SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA, Nire 31207446712 e protocolo 182215318 - 01/06/2018. Autenticação: AB7BBBD0E1DE94243C237605BAE938B11AD45A3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/221.531-8 e o código de segurança Y5pV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 8/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/221.531-8	J183236301758	08/05/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
014.051.164-47	OSVALDO SATURNINO CAMPILLO
587.767.704-78	CELSO JOSE CAMPOS DE MORAIS
277.876.484-49	ALEXANDRE LUNA MENELAU
166.557.704-59	ANTONIO CARLOS FERREIRA VIEIRA DA CUNHA
854.929.578-72	ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA, de nire 3120744671-2 e protocolado sob o número 18/221.531-8 em 01/06/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6878810, em 04/06/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Raquel Vicente Coelho.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
854.929.578-72	ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.051.164-47	OSVALDO SATURNINO CAMPILLO
587.767.704-78	CELSO JOSE CAMPOS DE MORAIS
277.876.484-49	ALEXANDRE LUNA MENELAU
166.557.704-59	ANTONIO CARLOS FERREIRA VIEIRA DA CUNHA
854.929.578-72	ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE

Belo Horizonte. Segunda-feira, 04 de Junho de 2018





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
523.047.366-53	RAQUEL VICENTE COELHO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. Segunda-feira, 04 de Junho de 2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6878810 em 04/06/2018 da Empresa SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA, Nire 31207446712 e protocolo 182215318 - 01/06/2018. Autenticação: AB7BBBD0E1DE94243C237605BAE938B11AD45A3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/221.531-8 e o código de segurança Y5pV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL